

Termo de Referência 13/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2023	390096-COORDENACAO GERAL TECNOLOGIA DA INFORMACAO	JULIO CESAR FERREIRA DA SILVA	23/11/2023 07:19 (v 6.1)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Aquisições/Contratações Internacionais	90010/2022	50000.026009/2023-13

1. Condições Gerais Da Contratação

1.1 Aquisição de componentes de TIC para aprimoramento da performance do parque computacional dos Ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos.

Item	Descrição do Bem	CATMAT	Unidade de Medida	Quant. Total
1	Solid-State Drive (SSD) - No mínimo 480 GB	453979	Unidade	1280
2	Memória RAM - 8GB DDR4	604331	Unidade	2200

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns uma vez que os seus padrões de desempenho e qualidade são definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 O serviço não é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma entrega de bens sem que haja uma demanda de caráter permanente.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da Solução de TIC

2.1 O cenário tecnológico em constante evolução exige que as organizações estejam atentas à modernização de seus recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para manterem-se cada vez mais eficientes. Neste contexto, o Ministério dos Transportes - MT e Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR enfrentam um desafio significativo relacionado ao seu parque tecnológico de microcomputadores tipo "desktop".

2.2 A rápida evolução tecnológica dos últimos anos tornou obsoletos os componentes presentes nos computadores utilizados pelos Ministérios. Esses equipamentos, outrora capazes de atender às demandas operacionais com eficiência, agora não conseguem mais acompanhar a crescente complexidade das tarefas e aplicativos utilizados cotidianamente pelos servidores. Como resultado, os usuários enfrentam dificuldades crescentes em suas atividades, devido à notória falta de performance e agilidade desses computadores.

2.3 Neste contexto, este Termo de Referência tem o objetivo de viabilizar a aquisição de componentes de TIC, tais como Solid-State Drive (SSD) e módulos de memória RAM, com o objetivo de aprimorar a performance do parque computacional do MT e MPOR. Além de atender às demandas imediatas de desempenho, esta aquisição também desempenhará um papel fundamental na extensão da vida útil e na capacidade de adaptação desses equipamentos. Assim, não apenas revitalizará o desempenho dos computadores, possibilitando a execução de tarefas cada vez mais exigentes, mas também um investimento estratégico que promoverá a eficiência operacional a longo prazo, otimizando recursos e garantindo um ambiente tecnológico mais resiliente e adaptável.

2.4 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.4.1 Só será admitida a oferta de bens que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

2.4.2 Só será admitida a oferta de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

2.5 Cabe ressaltar que, de acordo com a PORTARIA MGI Nº 43, DE 31 DE JANEIRO DE 2023, o Ministério dos Transportes passou a exercer o papel de órgão provedor de recursos de TIC para o órgão demandante Ministério de Portos e Aeroportos – MPOR. Nesse sentido, o objeto desta contratação visa o atendimento das demandas mapeadas para as áreas que passaram a compor ambas as Pastas.

3. Fundamentação e Descrição da Necessidade

3.1 Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais:

3.1.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

3.1.1.1 ID PCA no PNCP: 7;

3.1.1.2 Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;

3.1.1.3 Id do item no PCA: 7;

3.1.1.4 Classe/Grupo: 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES;

3.1.1.5 Identificador da Futura Contratação: 390004-10/2022.

3.1.2 O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2023 do MT, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Mapa Estratégico do MINFRA
Infraestrutura Corporativa	Prover infraestrutura corporativa tecnológica e suporte logístico integrados, seguros e de alto desempenho
Informações	Aprimorar a disponibilidade, qualidade e a integração das informações

ALINHAMENTO AO PDTIC VIGENTE			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
AC4. 3.1.1	Atualização da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	ME4. 3.1	Atualizar 25% da Infraestrutura de TI

3.2 Estimativa da demanda:

3.2.1 A estimativa da demanda está detalhada no item 7 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.3 Parcelamento da Solução de TIC:

3.3.1 O parcelamento da compra permite uma abordagem mais granular na aquisição de componentes de TIC, como SSDs e módulos de memória RAM. Isso facilita a especificação técnica precisa de cada item, permitindo que fornecedores especializados ofereçam soluções sob medida, alinhadas com as necessidades específicas dos Ministérios. Essa abordagem técnica mais detalhada resulta em uma melhor adequação dos produtos às demandas operacionais, contribuindo para um desempenho otimizado.

3.3.2 Cada item pode ser gerenciado separadamente, facilitando o acompanhamento do desempenho e a garantia de que os produtos adquiridos atendam aos requisitos de qualidade e desempenho estabelecidos. Isso também permite que os Ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos aproveitem as melhores ofertas disponíveis no mercado para cada componente, maximizando a eficiência do processo de compra.

3.3.3 O parcelamento da compra promove a competição saudável entre fornecedores, estimulando-os a oferecer preços mais competitivos em cada item. Isso é fundamentado na Súmula nº 247 do TCU, que preconiza a adjudicação por item como regra, desde que não haja justificativa técnica contrária ou perda de economia de escala. Ao dividir a contratação em itens, os órgãos públicos têm a oportunidade de obter melhores condições comerciais e reduzir custos, uma vez que os fornecedores são incentivados a apresentar propostas competitivas em cada aspecto da aquisição.

3.3.4 Dessa forma, em concordância com o princípio do parcelamento, a presente contratação será desmembrada em itens específicos, ou seja, permitindo adjudicação por item, com o propósito de promover uma concorrência mais acirrada, com potencial para influenciar na redução dos custos finais de cada componente.

3.4 Resultados e Benefícios a Serem Alcançados:

3.4.1 A aquisição de SSDs e módulos de memória RAM representa um investimento fundamental, uma vez que proporcionará os seguintes resultados esperados:

3.4.1.1 Melhoria Significativa no Desempenho: A substituição dos componentes obsoletos por SSDs e memória RAM mais modernos resultará em um aumento significativo na velocidade de processamento, garantindo respostas mais rápidas e eficazes às atividades desempenhadas pelos servidores e colaboradores dos Ministérios.

3.4.1.2 Redução das Reclamações de Usuários: Com computadores mais ágeis e responsivos, espera-se uma diminuição notável no número de reclamações dos usuários quanto à lentidão e falta de capacidade dos sistemas, melhorando a experiência de trabalho.

3.4.1.3 Extensão da Vida Útil dos Equipamentos: A atualização dos componentes estenderá a vida útil dos computadores, adiando a necessidade de investimentos em novos equipamentos, o que resultará em economia financeira para as Pastas.

3.4.1.4 Adaptação às Demandas Futuras: Os novos componentes permitirão que os computadores lidem com tarefas cada vez mais complexas, preparando os Ministérios para enfrentar os desafios tecnológicos futuros com eficiência.

3.4.1.5 Aumento da Produtividade: Com sistemas mais eficazes, os servidores e colaboradores dos Ministérios poderão desempenhar suas funções de forma mais produtiva, otimizando as operações e a entrega de serviços à sociedade.

4. Requisitos da Contratação

4.1 Requisitos de Negócio:

4.1.1 Aprimoramento da Eficiência Operacional: A defasagem do parque tecnológico de microcomputadores tipo "desktop" impacta diretamente a produtividade dos servidores e colaboradores, tornando essencial a atualização desses equipamentos para melhorar a eficiência operacional.

4.1.2 Satisfação dos Usuários: A insatisfação dos usuários devido à falta de performance e agilidade dos computadores afeta a qualidade de trabalho e a satisfação dos servidores e colaboradores. Portanto, é necessário atender às expectativas dos usuários para mantê-los motivados e produtivos.

4.1.3 Evolução das Demandas Operacionais: A crescente complexidade das tarefas e aplicativos utilizados cotidianamente exige computadores capazes de acompanhar as demandas operacionais em constante evolução.

4.1.4 Melhoria da Qualidade dos Serviços: A falta de capacidade de resposta dos sistemas devido à defasagem tecnológica pode comprometer a qualidade dos serviços prestados pelos Ministérios tanto internamente quanto à sociedade, tornando essencial a melhoria desses sistemas.

4.1.5 Urgência na Atualização: A urgência de uma atualização substancial dos devido à necessidade de alinhamento com as demandas tecnológicas atuais e a oferta de um ambiente de trabalho produtivo.

4.1.6 Investimento Estratégico: A necessidade de realizar um investimento estratégico que promova a eficiência operacional a longo prazo, otimizando recursos e garantindo a adaptabilidade do ambiente tecnológico para atender às crescentes demandas das operações dos Ministérios.

4.2 Requisitos de Capacitação:

4.2.1 Não faz parte do escopo desta contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.2.2 Todavia, a CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE acerca do fornecimento ou de características técnicas dos bens adquiridos em até 48 horas corridas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

4.3 Requisitos Legais:

4.3.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001 e a outras legislações aplicáveis;

4.4 Requisitos de Manutenção:

4.4.1 Todos os bens fornecidos deverão ter garantia do Fabricante por um período mínimo de 12 (doze) meses a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

4.4.2 A CONTRATADA garantirá que os bens estarão exatamente de acordo com as especificações técnicas, isentos de defeitos de fabricação, de matéria-prima ou de mão de obra.

4.4.3 O suporte técnico em GARANTIA deverá estar disponível para atendimento, no mínimo, no período de 08:00 às 18:00, em dias úteis, mediante telefone, e-mail ou sistema informatizado.

4.5 Requisitos Temporais:

4.5.1 O prazo máximo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, em parcela única, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitido pela CONTRATANTE, prorrogável, em casos excepcionais, justificados pela CONTRATADA e mediante autorização da CONTRATANTE, por até 15 (quinze) dias.

4.5.2 Em termos de efetiva entrega, vale ressaltar que a CONTRATADA deverá realizar, de maneira formal, um prévio agendamento no prazo de até 72 (setenta e duas) horas.

4.6 Requisitos de Segurança e Privacidade:

4.6.1 A CONTRATADA deverá conhecer todas as normas, políticas e procedimentos de segurança estabelecidos pelo MT para execução do Contrato.

4.6.2 Quanto ao Sigilo e Confidencialidade, a CONTRATADA deverá:

4.6.21 Conhecer e assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo antes de iniciar a execução do contrato, conforme modelos constante no ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA e ANEXO V - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO deste Termo de Referência;

4.6.2.2 Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca dos serviços Objeto deste Termo, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

4.6.2.3 Garantir a segurança das informações da CONTRATANTE e se comprometer a não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido ou tido ciência no curso da prestação dos serviços, a menos que seja autorizado formalmente e por escrito; e

4.6.2.4 Observar, rigorosamente, todas as normas e os procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE.

4.6.3 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo fornecimento da Solução de TIC contratada, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou sua culpa ou de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE.

4.7 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:

4.7.1 Aos profissionais da CONTRATADA caberá:

4.7.1.1 Agir de maneira ética e profissional, exercendo suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento;

4.7.1.2 Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

4.7.1.3 Respeitar a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

4.7.1.4 Estar devidamente identificado com o crachá da CONTRATADA, quando nas dependências da CONTRATANTE;

4.7.1.5 Respeitar as especificações técnicas dos bens de TIC; e

4.7.1.6 Observar sempre as melhores práticas do mercado.

4.7.2 Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental do governo federal.

4.7.3 A CONTRATADA deverá atender, quando da execução do objeto do contrato, os critérios de sustentabilidade ambiental, tais como as recomendações contidas no Capítulo III - Dos Bens e Serviços da Instrução Normativa nº 01 /2010 STI/MPOG, as disposições constantes no Decreto nº 7.746/2012, que estabelecem critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política de Resíduos Sólidos, no que couber.

4.7.4 A CONTRATADA deverá observar o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência a materiais, tecnologias e matérias primas de origem local, no sentido de promover:

4.7.4.1 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.7.4.2 Maior geração de empregos, preferencialmente, com mão de obra local;

4.7.4.3 Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.7.4.4 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais; e

4.7.4.5 Verificação da origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

4.7.5 O ambiente físico da CONTRATADA, para fins de execução do serviço, deverá ser compatível com o disposto na NR17 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e na recomendação técnica DSST nº 01/2005 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.7.6 Toda a documentação produzida e/ou fornecida pela CONTRATADA referente ao objeto deverá estar preferencialmente no idioma português-BR, de forma clara e objetiva.

4.8 Requisitos de Arquitetura Tecnológica:

4.8.1 A arquitetura tecnológica dos bens adquiridos deve atender às especificações técnicas constantes no ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM 1: SOLID-STATE DRIVE (SSD) e ANEXO II - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM 2: MEMÓRIA RAM deste Termo de Referência e ser compatível com o parque computacional dos Ministérios cujo detalhamento técnico está descrito no ANEXO III – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO DESKTOP HP ELITEDESK 800 G4 e ANEXO IV – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO DESKTOP DELL OPTIPLEX 7060 MICRO do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4.9 Requisitos de Projeto e de Implementação:

4.9.1 Considerando as especificações dos bens adquiridos, não foram encontrados requisitos de projeto e de implementação aplicáveis.

4.10 Requisitos de Implantação:

4.10.1 O processo de entrega dos bens deverá ser realizado pela CONTRATADA, sob a supervisão do preposto, que dará ciência ao andamento do fornecimento dos bens ao gestor do contrato.

4.10.2 As despesas de transporte, seguros e embalagens, referentes à entrega serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.11 Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:

4.11.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.11.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

4.11.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.11.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.11.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.11.6 Uma vez notificado, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.11.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pela CONTRATANTE.

4.11.8 Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.11.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da CONTRATADA o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.11.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

4.11.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.11.12 Os bens deverão ser novos, de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior) e não reconicionados (no refurbished).

4.11.13 O prazo de garantia será contado a partir da data de emissão do documento ANEXO VII - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos bens.

4.11.14 A garantia dos bens deve ser provida pelo FABRICANTE, nos termos do ANEXO XX - MODELO DE TERMO DE GARANTIA. Somente será aceito o provimento de garantia de forma direta pela CONTRATADA nos casos em que, ela própria, for FABRICANTE dos equipamentos adquiridos.

4.11.14.1 Caso o vencedor do certame seja, também, o fabricante dos bens, os serviços relacionados à garantia poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo a licitante vencedora totalmente responsável por tais serviços.

4.11.15 O serviço de assistência técnica em GARANTIA deve cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas nos bens, de modo a restabelecer seu normal estado de uso e dentre os quais se incluem a substituição de peças de hardware, ajustes e reparos técnicos em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo FABRICANTE ou a troca técnica (substituição) do componente avariado por outro novo (sem uso), no mesmo modelo e padrão apresentado na PROPOSTA ou superior compatível.

4.11.16 O acionamento do serviço de assistência técnica em GARANTIA deverá estar disponível preferencialmente por meio de central telefônica DDG (0800) ou diretamente via website, ambos em língua portuguesa (Português-BR) para operacionalização da abertura de chamados e fornecimento de número de protocolo, a fim de realizar o acompanhamento e monitoramento das solicitações.

4.11.17 O primeiro atendimento deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis a contar da data de abertura do chamado (por e-mail, ou portal web) e o prazo para solução de problemas será de até 5 (cinco) dias úteis, contados após a abertura do chamado, incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos.

4.11.18 O FABRICANTE deverá possuir site na internet com a disponibilização de manuais, *drivers*, *firmwares* e todas as atualizações existentes relativas ao componente ofertado. Durante toda vigência do CONTRATO e da GARANTIA, deverá ser mantida base de conhecimento de problemas, bem como o histórico dos reparos ou substituições para os equipamentos fornecidos.

4.11.19 Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir relatório(s), preferencialmente em formato digital, com informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e atendimentos realizados no período estipulado na solicitação, contendo informações de todas as intervenções realizadas com os registros completos das ocorrências, incluindo, no mínimo, informações do chamado como: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado pelo fabricante, ação corretiva realizada e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.

4.11.20 Os atendimentos técnicos deverão ser registrados com a identificação do componente (modelo e número de série /etiqueta de serviço), cabendo à CONTRATADA apresentar RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA (ou equivalente), nele constando a descrição clara dos problemas identificados e os procedimentos adotados para a sua resolução, além de outras informações que se façam necessárias.

4.11.21 O serviço de assistência técnica pode ser realizado mediante aplicação de ferramentas de diagnóstico remoto, não podendo a CONTRATADA se eximir de prestar o suporte diante da impossibilidade técnica e/ou incompatibilidade de eventuais acessos remotos em virtude de restrições tecnológicas do ambiente da CONTRATANTE.

4.11.22 Nos casos em que não for possível solucionar problemas remotamente e/ou por telefone, para fins de atendimento técnico presencial, a CONTRATADA deverá observar o cumprimento dos prazos máximos de solução estipulados neste documento, cuja contagem se iniciará a partir do registro da solicitação do serviço de assistência técnica.

4.11.23 Os danos provocados por imperícia ou negligência (comprovado mau uso) dos usuários estão compreendidos na hipótese de exclusão da garantia.

4.11.24 A garantia dos bens adquiridos não será afetada caso a CONTRATANTE necessite instalar placas de rede locais, interfaces específicas para acionamento de outros equipamentos ou placas de vídeo.

4.12 Requisitos de Experiência Profissional:

4.12.1 Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.13 Requisitos de Formação da Equipe:

4.13.1 Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.14 Requisitos de Metodologia de Trabalho:

4.14.1 O fornecimento dos bens está condicionado ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela CONTRATANTE.

4.14.2 A OFB indicará o tipo de componente, a quantidade e a localidade na qual deverão ser entregues.

4.14.3 O andamento do fornecimento dos bens deve ser acompanhado pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

4.15 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade (SIP):

4.15.1 Deverão ser observados os regulamentos, normas e instruções de segurança da informação e comunicações adotadas pelo MT, incluindo as Políticas e Diretrizes de Governo, Normativos associados ou específicos de Tecnologia da Informação, Política de Segurança da Informação e Comunicações e Normas Complementares do GSI/PR.

4.15.2 Deverão ser garantidos a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade, o não-repúdio e a autenticidade dos conhecimentos, informações e dados hospedados em ambiente tecnológico sob custódia e gerenciamento do prestador de serviços.

4.15.3 A CONTRATADA deverá credenciar junto ao Ministério seus profissionais autorizados a operar presencialmente (on-site) nas dependências do MT e, quando couber, também aqueles que terão acesso aos sistemas corporativos.

4.15.4 Quando for o caso, a propriedade intelectual e os direitos autorais dos dados e informações armazenados nos bancos de dados do MT, hospedados na CONTRATADA, e qualquer tipo de trabalho relacionado às demandas do MT, serão de sua titularidade, nos termos do artigo 4º da Lei nº 9.609/1998.

4.15.5 A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações do MT e deverá se comprometer a não divulgar ou repassar a terceiros qualquer informação que tenha recebido deste Órgão, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.

4.15.6 Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meios físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

4.15.6.1 Término ou rompimento do Contrato;

4.15.6.2 Solicitação do MT.

4.15.7 Deverá ser celebrado entre o MT e a CONTRATADA o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Segurança da Informação (ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO), visando, por parte da Contratada, a responsabilidade pela manutenção de sigilo e confidencialidade das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação, dando ciência igualmente aos profissionais que vierem a executar atividades referentes ao objeto da contratação.

4.15.8 A CONTRATADA deverá comunicar ao MT, com antecedência, qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços do objeto da contratação, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do MT.

4.15.9 Conforme disposto no Art. 4º da Lei nº 9.609/1998, a propriedade intelectual, os direitos autorais de dados e informações do MT e qualquer tipo de trabalho relacionado às demandas do MT serão de titularidade desta. A CONTRATADA deverá abster-se de divulgar ou repassar quaisquer dados ou informações, exceto quando ocorrer autorização expressa do MT.

4.16 Sustentabilidade:

4.16.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª Edição de setembro de 2023:

4.16.1.1 A CONTRATADA observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.16.2 Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade, assim como os descritos abaixo, quando possível:

4.16.2.1 Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

4.16.2.2 Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os voos.

4.16.2.3 Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.16.2.4 Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.16.3 Ainda, considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos deste Termo, atender aos critérios de sustentabilidade abaixo:

4.16.1 bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR154481 e 154482;

4.16.2 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.16.3 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.16.4 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs) éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.16.4 Observar as demais diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.

4.16.5 A justificativa para essas exigências de práticas e critérios de sustentabilidade para a aquisição de Disco SSD e Memória RAM é que elas visam promover uma abordagem mais consciente e responsável na aquisição de produtos de tecnologia, ajudando a:

4.16.5.1 Reduzir impactos ambientais: Ao exigir materiais ecologicamente corretos, produtos reciclados, embalagens sustentáveis e a conformidade com normas ambientais, busca-se minimizar danos ao meio ambiente durante a produção, uso e descarte dos dispositivos.

5.16.5.2 Promover práticas sustentáveis: Ao solicitar a observância de normas de vigilância sanitária, a separação de resíduos recicláveis e a prevenção do desperdício de água, o Termo incentiva práticas sustentáveis durante a execução dos serviços relacionados aos dispositivos.

5.16.5.3 Garantir segurança e qualidade: Ao requerer o fornecimento de equipamentos de segurança para os trabalhadores e a conformidade com normas de qualidade, como as estabelecidas pela ABNT, busca-se garantir a segurança e a qualidade dos produtos adquiridos.

4.17 Consórcio, cooperativa ou subcontratação da solução de TIC:

4.17.1 Face ao objeto desta contratação, a figura do consórcio ou cooperativa não se justifica, dado que existem diversas empresas com capacidade para fornecer o objeto deste Termo de Referência e não há complexidade técnica para a execução do objeto que possam restringir a competição pelo mercado.

4.17.1.1 O presente Termo de Referência não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que, a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Termo foi elaborado com foco em práticas usuais e de amplo domínio do mercado fornecedor, consignou-se a vedação.

4.17.1.2 O presente Termo de Referência não prevê as condições de participação de cooperativas, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas cuja natureza dos serviços ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, justifique a existência de elementos de subordinação, pessoalidade e habitualidade. Como o objeto a ser contratado dispensa tais elementos, pois trata de fornecimento de bens materiais, também consignou-se a vedação.

4.17.2 Pela característica de baixa complexidade e baixa diversidade de segmento de atuação no mercado do presente objeto, não será aceita a subcontratação do objeto licitatório.

4.18 Garantia da Contratação:

4.18.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.18.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.18.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.18.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.19 Outros Requisitos Aplicáveis:

4.19.1 Conformidade Documental e Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento:

4.19.1.1 Todos os documentos produzidos pela Equipe de Planejamento da Contratação, tais como: Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência – TR, estão de acordo com os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP (art. 8º, §2, da IN SGD/ME Nº 94/2022), tendo sido observado o princípio da padronização (Artigo 47 da Lei nº 14.133/2021).

4.19.1.2 Os modelos estão disponíveis no endereço <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao>.

4.19.1.3 O documento Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, está em conformidade quanto a forma de elaboração definida pelo §7º do art. 9º da IN SGD/ME Nº 94/2022, sendo confeccionado em formato digital, aprovado e assinado pelos Integrantes Técnico e Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação e pela Autoridade máxima da Área de TIC, de número ETP 11/2023 (SUPER nº 7554497), UASG 390096, disponibilizado pela SEGES/ME.

4.19.1.4 A referida necessidade consta inserida tanto no Plano Anual de Contratações - PAC-2023 (SUPER nº 7513760) quanto no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC (SUPER nº 7510554).

4.19.1.5 A presente contratação faz parte dos objetos de contratação elencados no Anexo I a IN SGD/ME Nº 94/2022: Item 8. AQUISIÇÕES DE ATIVOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

4.19.2 Declaração quanto as restrições mencionadas na IN SGD/ME Nº 94/2022:

4.19.2.1 Os bens e serviços que constituem o objeto deste TR não incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD/ME Nº 94/2022.

4.19.2.2 O presente TR foi elaborado respeitando as vedações constantes no artigo 5º da IN SGD/ME Nº 94/2022.

4.19.2.3A presente contratação não é objetivo de aprovação específica da SGD/ME prevista no § 2º, do Art. 1º da IN SGD/ME Nº 94/2022, conforme pode ser observado no § 2º, do Art. 2º da IN SGD/ME Nº 94/2022:

"§ 1º Para contratações cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou seja, contratações diretas por dispensa em razão do valor que são normatizadas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, e suas atualizações, a aplicação desta norma é facultativa, exceto quanto ao disposto nos arts. 6º e 24 desta Instrução Normativa, devendo o órgão ou entidade realizar procedimentos de contratação adequados, nos termos da legislação vigente.

§ 2º Os órgãos e entidades deverão observar os limites de valores para os quais os processos de contratações de TIC deverão ser submetidos à aprovação técnica prévia do Órgão Central do SISP, conforme disposto no art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011."

4.19.3 Declaração quanto ao enquadramento ao Decreto 9.507 de 21/09/2018:

4.19.3.1 Os bens e serviços que constituem o objeto desta contratação enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.19.4 Direitos autorais e propriedade intelectual:

4.19.4.1 Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais provenientes da prestação de serviços sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, logs, dentre outros, pertencem à CONTRATANTE.

5. Papéis e Responsabilidades

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3 receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4 aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5 liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6 comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2 São obrigações da CONTRATADA:

5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9 durante a vigência do contrato é vedado à contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

5.3 Alteração Subjetiva:

5.3.1 Admite-se a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

5.3.1.1 Sejam observados pela nova entidade todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

5.3.1.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

5.3.1.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

5.3.1.4 Haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

6. Modelo de Execução do Contrato

6.1 Do Encaminhamento Formal de Demandas:

6.1.1 O fornecimentos dos bens está condicionado ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela CONTRATANTE.

6.1.2 A OFB indicará o tipo de componente, a quantidade e a localidade na qual deverão ser entregues.

6.1.3 O andamento do fornecimento dos bens dever ser acompanhado pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

6.2 Condições de Entrega:

6.2.1 A entrega dos bens deverá ser efetuada de segunda a sexta, no horário de 08h às 12h e 14h às 17h, no:

6.2.1.1 Setor de Almoxarifado do Ministério dos Transportes, localizado em Brasília/DF, no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Anexo - Subsolo.

6.2.1.2 DEFOM/RJ, Av. Rio Branco; 103 - CEP 20040-004; Centro; Rio de Janeiro

6.2.2 O prazo máximo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, em parcela única, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitido pela CONTRATANTE, prorrogável, em casos excepcionais, justificados pela CONTRATADA e mediante autorização da CONTRATANTE, por até 15 (quinze) dias.

6.2.3 Em termos de efetiva entrega, vale ressaltar que a CONTRATADA deverá realizar, de maneira formal, um prévio agendamento no prazo de até 72 (setenta e duas) horas.

6.3 Formas de transferência de conhecimento:

6.3.1 Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.4 Procedimentos de transição e finalização do contrato:

6.4.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.5 Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle:

6.5.1 Tendo em vista o tempo necessário para atualizar todo o parque computacional dos Ministérios e a necessidade de preservar a garantia dos bens adquiridos, a abertura de OFBs será escalonada ao longo do ano de acordo com a estimativa da tabela a seguir:

ABERTURA FASEADA DE ORDENS DE FORNECIMENTO DE BENS				
Nº da OFB	Item	Descrição do bem ou serviço	Data de Abertura	Quantidade
1	1	Solid-State Drive (SSD)	DIA D	25%
	2	Memória RAM		
2	1	Solid-State Drive (SSD)	DIA D + 2 meses	25%
	2	Memória RAM		
3	1	Solid-State Drive (SSD)	DIA D + 4 meses	25%
	2	Memória RAM		
4	1	Solid-State Drive (SSD)	DIA D + 6 meses	25%
	2	Memória RAM		
Quantidade de Bens Adquiridos				100%

6.5.2 Estes prazos poderão ser flexibilizados conforme a capacidade de instalação dos bens adquiridos pela CONTRATANTE.

6.6 Mecanismos formais de comunicação:

6.6.1 Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser sempre formal, exceto em casos que justifiquem outro canal de comunicação.

6.6.2 O canal de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA para assuntos referentes à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do Preposto designado pela Contratada.

6.6.3 A comunicação se dará por meio de:

6.6.3.1 Ata de reunião: documento de registro formal dos assuntos tratados em reuniões (informações, negociações, explicações, pendências, responsabilidades, entre outras) entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

6.6.3.2 Ofício: documento formal utilizado para troca/registro/oficialização de comunicados, informações, determinações, orientações e afins relacionadas a execução contratual entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

6.6.3.3 Ordem de Fornecimento de Bens (OFB): documento formal utilizado para oficializar o início da prestação dos serviços relativos ao objeto a contratar, devendo ser assinada pelo Fiscal Requisitante, pelo Gestor do Contrato e pelo Preposto da CONTRATADA;

6.6.3.4 Termos de Recebimento: artefatos característicos da gestão de contratos que marcam a formalização das fases de recebimento provisório e definitivo e a autorização para emissão de nota fiscal;

6.6.3.5 Telefone/e-mail: para questões rotineiras relacionadas à prestação dos serviços, meios de comunicação como telefone e e-mail poderão também ser utilizados.

6.6.3.6 Outros meios de comunicação que a CONTRATANTE julgar necessário, mas com a ciência da CONTRATADA.

6.6.4 A CONTRATANTE lavrará Termo de Recebimento Provisório, declaração formal de que os bens foram entregues, para posterior análise das conformidades de qualidade baseadas nos Critérios de Aceitação.

6.6.5 Após a conclusão da entrega dos bens, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, declaração formal de que os bens que foram entregues atendem aos requisitos estabelecidos no contrato.

6.6.6 Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.

6.7 Formas de Pagamento:

6.7.1 Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.8 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança:

6.8.1 A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.8.2 O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se respectivamente no ANEXO V - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO deste Termo de Referência e ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA.

7. Modelo de Gestão do Contrato

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Reunião Inicial:

7.5.1 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.5.2 A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

7.5.3 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.5.3.1 Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;

7.5.3.2 Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.5.3.3 Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.5.3.4 A Carta de apresentação do Preposto que deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.5.4 A reunião deverá contar com a participação, no mínimo, da Equipe de Fiscalização do contrato e do Preposto nomeado pela CONTRATADA.

7.5.5 A reunião deverá originar uma ata, a ser redigida pela Equipe de Fiscalização do MT e validada por todas as partes envolvidas, sendo que tal documento integrará os registros de gestão contratual.

7.5.6 Havendo necessidade, outros assuntos de comum interesse poderão ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos.

7.5.7 Reuniões de monitoramento dos serviços ou outras reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo MT, sendo obrigação da CONTRATADA atender às convocações.

7.5.8 Todas as atas de reuniões e as comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, assim como todas as demais intercorrências contratuais, positivas ou negativas, serão arquivadas em processo próprio para fins de manutenção do histórico de gestão do Contrato.

7.6 Fiscalização:

7.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, os papéis a seguir.

7.6.2 Fiscalização Técnica:

7.6.2.1 O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.6.2.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.6.2.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.6.2.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.6.2.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.6.2.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.3 Fiscalização Administrativa:

7.6.3.1 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.3.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.4 Gestor do Contrato:

7.6.4.1 O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.6.4.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.4.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.6.4.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.6.4.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.4.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.6.4.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.7 Critérios de Aceitação:

7.7.1 A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.7.1.1 Todos os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal por meio dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.7.1.2 Os bens e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis com os desktops atuais do parque computacional sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.7.1.3 Todos os bens deverão ter a capacidade de serem instalados de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.7.1.4 O número de série de cada bem deve ser obrigatório e único, afixado em local visível. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o bem entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.7.1.5 Serão recusados os bens com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.7.1.6 Os bens, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os bens devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização.

7.7.1.7 A CONTRATANTE poderá optar por avaliar a qualidade de todos os bens fornecidos ou uma amostra, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada bem selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.7.1.8 Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se a CONTRATANTE o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

7.8 Procedimentos de Teste e Inspeção:

7.8.1 Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.8.1.1 A inspeção nos bens fornecidos será realizada por meio de comparação das especificações constantes dos prospectos do fabricante do equipamento.

7.8.1.2 À CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do bem ou à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

7.9 Níveis Mínimos de Serviço Exigidos:

7.9.1 Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo órgão/entidade para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. É considerado para a presente contratação o Indicador de Atraso no Fornecimento do Equipamento (IAE), conforme descrito na tabela a seguir:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.
Meta a cumprir	IAE ≤ 0; A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.

Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto a CONTRATADA entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST - Tempo Estimado para a execução da OFB - constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>

7.10 Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento:

7.10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa**:

(1) Moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(2.1) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem acima, de 0,5 % a 1,5 % do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem acima, de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem acima, a multa será de 2,0 % a 3,0 % do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem acima, a multa será de 2,0 % a 3,0% do valor do Contrato;

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem acima, a multa será de 0,5% a 1,5 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

(7.1) Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, anexo deste TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência.

7.10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.10.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

7.10.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

7.10.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

7.10.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.10.15 A tabela abaixo apresenta a relação da ocorrência e respectiva sanção prevista à Contratada:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção

1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5 % sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
7	Não prestar os esclarecimentos, conforme item 4.2.2 deste Termo de Referência, referente à execução do objeto, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
8	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da CONTRATANTE	A CONTRATADA será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/2021.
9	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OFB)	Aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso, nos casos do valor de IAE entre 1 a 60.
		Aplicar-se-á glosa de 10% do valor da OFB ou fração em atraso em atraso, além de multa de 2% sobre o valor do valor da OFB, nos casos do valor de IAE acima de 60
10	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5 % do valor total do Contrato.

8. Critérios de Medição e de Pagamento

8.1 Recebimento do Objeto:

8.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.1.1.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a OFB.

8.1.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.1.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.1.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.1.5 Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.1.5.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.1.6 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única análise dos bens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.1.7 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única análise dos bens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.1.8 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

8.1.9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.1.11 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.1.11.1 .Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.1.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.1.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.1.11.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.1.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.1.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.1.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2 Liquidação:

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3.1 o prazo de validade;

8.2.3.2 a data da emissão;

8.2.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.2.3.5 o valor a pagar; e

8.2.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

8.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3 Prazo de pagamento:

8.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2 No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

8.4 Forma de pagamento:

8.4.1 Em atendimento ao que preconiza o art. 40 da Lei 14.133/21, este Termo considera a expectativa de consumo anual e observa condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

8.4.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5 Cessão de crédito:

8.5.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.5.1.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

8.5.2 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.5.3 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.5.4 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.5.5 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. Critérios de Seleção do Fornecedor

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço do item.

9.1.1.1 A justificativa pela escolha do fornecedor por meio de um procedimento de licitação na modalidade de pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço do item, é fundamentada na natureza da contratação para a execução do serviço por preço certo e unidades determinadas. Esta abordagem é aplicada para garantir a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública, levando em consideração o caráter específico e objetivo do serviço a ser contratado.

9.1.2 O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de BEM COMUM, de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

9.1.3 De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO DO ITEM.

9.1.4 As propostas de preços deverão ser apresentadas conforme o modelo do ANEXO XI - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS. Nesse sentido, vale destacar que, os preços propostos deverão incluir: todos os custos relativos ao cumprimento integral das obrigações contratuais e legais, tais como obrigações trabalhistas e tributárias, equipamentos, materiais de consumo e outros insumos, custos com transporte e estadia, remuneração do capital, entre outros.

9.2 Da Aplicação da Margem de Preferência:

9.2.1 O critério de desempate e margem de preferência será aplicado de acordo com o Art. 5º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, desde que as Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempresas (MEs) atendam aos requisitos legais e aos itens a serem licitados. A aplicação da margem de preferência estará condicionada à disponibilidade de decretos ou instrumentos similares em vigor que permitam essa aplicação.

9.2.2 Essa margem será observada apenas se o sistema estiver apto para tal consideração.

9.3 Exigências de habilitação:

9.3.1 Habilitação jurídica:

9.3.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.1.8 Ato de autorização para o exercício da atividade de serviços de suporte técnico de sala cofre, expedido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade

9.3.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.2.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3.3 Qualificação Econômico-Financeira:

9.3.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.3.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.3.3.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

I. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

II. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

II. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

IV. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.3.3.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.3.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.3.3.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.3.3.7 A justificativa para a solicitação de certidões e documentos como critério de habilitação econômico-financeiro das licitantes, no caso em exame, se fundamenta:

9.3.3.7.1 No atendimento ao comando legal contido no Art. 69 da Lei 14.133/2021:

"Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:"

9.3.3.7.2 Na necessidade de reduzir os riscos de problemas financeiros durante a execução do contrato, pois visa garantir que os serviços ou produtos sejam entregues sem interrupções devidas à dificuldades financeiras.

9.3.3.7.3 Na necessidade de assegurar que a licitante possui a capacidade financeira necessária para cumprir as obrigações do contrato, mitigando riscos de inadimplência e o descumprimento dos compromissos assumidos, protegendo o interesse público.

9.3.4 Qualificação Técnica:

9.3.4.1 Para efeito de qualificação técnica, a LICITANTE deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional para a execução do OBJETO mediante comprovação de prestação bem-sucedida de fornecimento de bens em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante apresentação de um ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do volume estimado de bens para o item em disputa e com características compatíveis com o objeto da presente pretensão contratual, incluindo garantia podendo considerar contratos já executados e /ou em execução.

9.3.4.2 A comprovação de capacidade técnica será realizada individualmente para cada item.

9.3.4.3 Para cada item, a(s) Licitante(s) deverá(ão) apresentar:

a) atestado(s) que se refiram a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior;

b) atestado(s) que se refiram a serviços prestados ou fornecimentos realizados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.3.4.4 A licitante deve disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s).

9.3.4.5 A justificativa para a solicitação do atestado de capacidade técnica como critério de habilitação das licitantes, no caso em exame, se fundamenta:

9.3.4.5.1 Na necessidade de aferição da experiência e da expertise da empresa em executar o (s) serviço (s) alvo (s) do objeto a ser contratado, desde que constatada a execução anterior satisfatória de serviços compatíveis ou similares;

9.3.4.5.2 Na necessidade de filtrar as empresas que realmente pertencem à área de tecnologia da informação e comunicação, ou seja, do ramo do objeto que se pretende contratar, de modo a minimizar riscos para a regular execução do objeto;

9.3.4.5.3 No pressuposto de que a licitante que já prestou determinado serviço no passado com sucesso, poderá fazê-lo novamente no futuro e de que não é adequado à Administração contratar com licitante que jamais tenha prestado tal serviço. Esse pressuposto nos parece razoável e isonômico;

9.3.4.5.4 Além do exposto, deve ser ressaltado que os custos para a obtenção de atestados de capacidade técnica praticamente são irrisórios ou até inexistentes se considerarmos que poderão ser apresentados atestados de prestação de serviço realizados em órgãos públicos

9.3.5 Demais Declarações Obrigatórias:

9.3.5.1 Declarações implantadas nas licitações eletrônicas do Portal de Compras Governamentais;

9.3.5.2 Declaração que inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme parágrafo segundo do artigo 62 da Lei nº 14.133/2021, de acordo com o ANEXO XIX - DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO deste Termo de Referência;

9.3.5.3 Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, conforme ANEXO XVIII - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE IDADE deste Termo de Referência;

9.3.5.4 Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados que executam trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, de acordo com o ANEXO XIV - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS QUE EXECUTAM TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO deste Termo de Referência;

9.3.5.5 Declaração de Elaboração Independente de Proposta conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o ANEXO XII - ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA deste Termo de Referência;

9.3.5.6 Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a empresa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, de acordo com o ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 deste Termo de Referência;

9.3.5.7 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Termo de Referência e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

9.3.5.8 Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme ANEXO XV - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS deste Termo de Referência.

9.3.5.9 Declaração que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, conforme ANEXO XVII - DECLARAÇÃO DE COTA DE APRENDIZAGEM deste Termo de Referência;

9.3.5.10 Declaração que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010 que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal, conforme ANEXO XVI - DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO deste Termo de Referência;

9.3.5.11 Declaração que tem pleno conhecimento e cumpre com as obrigações, condições e peculiaridades inerentes à LGPD, conforme ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.

10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 355.250,00** (trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Solid-State Drive (SSD) - No mínimo 480 GB	1280	R\$ 147,00	R\$ 188.160,00
2	Memória RAM - 8GB DDR4	2200	R\$ 75,95	R\$ 167.090,00
ESTIMATIVA DE VALOR TOTAL				R\$ 355.250,00

11. Adequação Orçamentária

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- 11.2.1 Unidade Gestora: 390096 - SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SGETI;
- 11.2.2 Programa de Trabalho – 10.39101.26.126.0032.218T.0001 - Investimento (Atividade);
- 11.2.3 Ação: 218T;
- 11.2.4 Plano Orçamentário: 0000;
- 11.2.5 PTRES: 194804;
- 11.2.6 Fonte de Recursos: 1000 - Recursos Primários de Livre Aplicação; e
- 11.2.7 Natureza da Despesa: 449040.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso necessário, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4 Cronograma Físico Financeiro:

11.4.1 O fornecimento dos bens, de acordo com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, deverá ser executado a contar da data de assinatura do contrato, respeitados os prazos da tabela abaixo, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE:

ITEM	EVENTO	DATA DE ENTREGA	PERCENTUAL A SER PAGO
I	Assinatura do Contrato	Dia D	0% (zero por cento)
II	Reunião Inicial	Data do item I + até 10 (dez) dias corridos	0% (zero por cento)

III	Emissão OFB - Ordem de Fornecimento de Bem conforme demanda da CONTRATANTE	Data do item II + até 1 dia útil	0% (zero por cento)
IV	Termo de Recebimento Provisório	Data do item III + até 60 (sessenta) dias corridos	0% (zero por cento)
V	Termo de Recebimento Definitivo	Data do item IV + até 10 (dez) dias corridos	0% (zero por cento)
VI	Recebimento da Nota Fiscal/Fatutamento	Data do item V + até 10 (dez) dias corridos	0% (zero por cento)
VII	Pagamento em parcela única da Ordem de Fornecimento de Bem	Data do item VI + até 30 (trinta) dias corridos	100% (cem por cento) do valor registrado na OFB

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO BORGES MARQUEZ

INTEGRANTE REQUISITANTE



Assinou eletronicamente em 02/10/2023 às 15:18:08.

JULIO CESAR FERREIRA DA SILVA

INTEGRANTE TÉCNICO



Assinou eletronicamente em 02/10/2023 às 10:35:55.

CATIA ROBERTA JULIO

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO



Assinou eletronicamente em 02/10/2023 às 11:00:07.

MILTON SAMPAIO CASTRO DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/10/2023 às 15:23:24.

ANEXOS

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM 1: SOLID-STATE DRIVE (SSD);
ANEXO II - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM 2: MEMÓRIA RAM;
ANEXO III - ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS;
ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA;
ANEXO V - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;
ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – SERVIÇOS DE TIC;
ANEXO VII - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;
ANEXO VIII - MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO;
ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS;
ANEXO X - MODELO DE HISTÓRICO DE GESTÃO DO CONTRATO;
ANEXO XI - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
ANEXO XII - ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06;
ANEXO XIV - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS QUE EXECUTAM
TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO;
ANEXO XV - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS;
ANEXO XVI - DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO;
ANEXO XVII - DECLARAÇÃO DE COTA DE APRENDIZAGEM;
ANEXO XVIII - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE IDADE;
ANEXO XIX - DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO;
ANEXO XX - MODELO DE TERMO DE GARANTIA.

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SOLID-STATE DRIVE (SSD)

Memória Flash NAND	
Tipo	SSD (<i>Solid State Drive</i>)
Fator de forma	M.2 2280
Interface	PCIe 3.0 x4 NVMe
Capacidade	No mínimo 480GB
Velocidade de Leitura/Gravação	No mínimo 2.400 / 1.800MB/s
Temperatura de operação	0°C a 70°C
Expectativa de vida útil	1.500.000 de horas MTBF
Garantia	Mínimo de 12 meses
Acessórios	Parafuso e porca de fixação
Compatível com	HP EliteDesk 800 G4 e Dell OptPlex 7060

ANEXO II – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA MEMÓRIA RAM

Memória RAM	
Configuração memória	8GB
Velocidade	2666 MHz
Tipo de memória	SODIMM DDR4 (tipo notebook)
Quantidade de pinos	260
Garantia	Mínimo de 12 meses
Compatível com	Microcomputador Dell OptPlex 7060 micro

ANEXO III - ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS

INTRODUÇÃO
Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato. O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.
Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO			
Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	<Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	xxxxxxxxxxxxxx

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1
...
Valor total estimado da OS/OFB					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES
<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB> <Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega> <Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS			
Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS	
Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

6 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA
Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados. <div style="text-align: center;"><hr/><p><Nome > <Responsável pela demanda/ Fiscal Requisitante> Matr.: <Nº da matrícula></p><hr/><p><Nome > Gestor do Contrato Matr.: <Nº da matrícula></p></div> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;"><Local>, xx de xxxxxxxx de xxxx</div>

ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO
O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade. No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.
Referência: Art. 18, Inciso V, alínea "b" da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA
Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO V - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO
<p>O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.</p>
<p>Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.</p>

<p>Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;</p> <p>CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;</p> <p>CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;</p> <p>CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE;</p> <p>Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.</p>

1 – OBJETO
<p>Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.</p> <p>[...]</p> <p>[...]</p> <p>[...]</p>

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES
<p>Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:</p> <p>INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.</p> <p>INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.</p> <p>CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.</p> <p>[...]</p> <p>[...]</p> <p>[...]</p>

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA
<p>Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: <i>know-how</i>, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.</p> <p>[...]</p> <p>[...]</p> <p>[...]</p>

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

[...]

[...]

[...]

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilas.

[...]

[...]

[...]

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

[...]

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

[...]

[...]

[...]

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiais, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

[...]

[...]

[...]

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[...]

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – SERVIÇOS DE TIC

INTRODUÇÃO
<p>O Termo de Recebimento Provisório trata-se de termo detalhado que declarará que os serviços foram prestados e atendem às exigências de caráter técnico, sem prejuízo de posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.</p>
<p>Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.</p>

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...
...
...
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO
<p>Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à <OS> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram executados e <atende(m)/atende(m) parcialmente/não atende(m)> às respectivas exigências de caráter técnico discriminadas abaixo. Não obstante, estarão sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.</p> <p>Ressaltamos que o recebimento definitivo desses serviços ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.</p>

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigências técnicas definidas no TR>
...
...
...

4 – ASSINATURA
FISCAL TÉCNICO
<div style="border-bottom: 1px solid black; width: 200px; margin: 0 auto; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="margin: 0 auto;"> <p><Nome do Fiscal Técnico do Contrato></p> <p>Matrícula: xxxxxx</p> <p style="margin-top: 20px;"><Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</p> </div>
PREPOSTO
<div style="border-bottom: 1px solid black; width: 200px; margin: 0 auto; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="margin: 0 auto;"> <p><Nome do Preposto do Contrato></p> <p>Matrícula: xxxxxx</p> <p style="margin-top: 20px;"><Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</p> </div>

ANEXO VII - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos. Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.
--

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S)/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO				
SOLUÇÃO DE TIC				
<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>				
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO			
Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO/ATESTAMOS que o(s) <serviço(s)/ bem(s)> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela CONTRATADA e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.			
ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigência contratual estabelecida no TR>
...
...
...

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR
De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos. <Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>. Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>). Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURA
GESTOR DO CONTRATO
<div style="text-align: center;"> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 150px; margin: 0 auto; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="margin: 0 auto;"> <Nome do Gestor do Contrato> Matrícula: xxxxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>. </div> </div>

6 – CIÊNCIA
PREPOSTO
<div style="text-align: center;"> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 150px; margin: 0 auto; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="margin: 0 auto;"> <Nome do Preposto do Contrato> Matrícula: xxxxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano> </div> </div>

ANEXO VIII - MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

INTRODUÇÃO	
O Termo de Encerramento do Contrato encerrará formalmente o pacto contratual entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.	
Referência: Art. 35 IN SGD/ME nº 94, de 2022.	

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>		
CONTRATADA	<nome da CONTRATADA>	CNPJ	<XX.XXX.XXX/XXXXX-XX>
DATA DE INÍCIO	<dd/mm/aaaa>		
OBJETO	<Descrição do Objeto>		

2 - LISTA DE VERIFICAÇÃO			
ITEM	Atendido	Não Atendido	Não Aplicável
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da Administração?			
A CONTRATADA entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A CONTRATADA devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da CONTRATADA?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à CONTRATADA?			
<outras que se apliquem ao objeto da contratação>			
...			

3 - DO ENCERRAMENTO
<p>Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:</p> <p>O contrato encerra-se por motivo de <motivo>.</p> <p>As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte.</p> <p>Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização mesmo após o encerramento do vínculo contratual:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual; b. As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais; c. A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados. d. <inserir pendências, se houver>.

4 - ASSINATURA	
<div style="border-top: 1px solid black; margin-bottom: 10px; width: 80%; margin: 0 auto;"></div> CONTRATADA Preposto	<div style="border-top: 1px solid black; margin-bottom: 10px; width: 80%; margin: 0 auto;"></div> CONTRATANTE <Autoridade Competente da Área Administrativa>
<div style="border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px; width: 80%; margin: 0 auto;"></div> <Nome> Matrícula: xxxxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.	<div style="border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px; width: 80%; margin: 0 auto;"></div> <Nome> Matrícula: xxxxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

AO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

A/C: Sr. Gestor do Contrato

Prezado Senhor,

Nos termos da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, DECLARO que tenho pleno conhecimento e cumpro com as obrigações, condições e peculiaridades inerentes à LGPD (https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf), que assumo total responsabilidade por este fato e seu fiel cumprimento.

Local , data, nome, e assinatura do responsável legal

ANEXO X - MODELO DE HISTÓRICO DE GESTÃO DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

<Por meio do Histórico de Gestão do Contrato serão documentados os principais pontos/acontecimentos, positivos ou negativos, que ocorreram durante a execução do contrato, organizados por ordem temporal>.

<Este documento poderá servir de insumo para a atualização do Mapa de Gerenciamento de Riscos e para subsidiar o Gestor do Contrato para fins de renovação contratual>.

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Órgão/Entidade>.

<No caso de substituição ou inclusão de empregados da CONTRATADA, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados>.

Referências: Arts. 33 e 36 IN SGD/ME nº 94, de 2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
CONTRATADA	<nome da CONTRATADA>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx
INÍCIO VIGÊNCIA	<DD/MM/AAAA>	FIM VIGÊNCIA	<DD/MM/AAAA>
SOLUÇÃO DE TIC	<Objeto do contrato>		

2 - REGISTRO DE EVENTOS

<data>	<Nome do evento>
...	...
...	...
Exemplo:	
21/05/21	Realização da Reunião Inicial.
25/05/21	Realização de reunião de transferência de conhecimento das áreas de negócio para a empresa CONTRATADA.
27/05/21	Liberação de acesso aos recursos computacionais para os funcionários da CONTRATADA (e-mail, ferramenta de gestão de demandas, etc.).
...	...
02/08/21	Abertura do processo administrativo sancionador, considerando a aplicabilidade de sanções decorrentes do não atingimento dos indicadores de níveis de serviço de junho/2023, apresentados no Relatório de Fiscalização nº 3/2023.

3 - PONTOS DE MELHORIA

1	<Descrição dos pontos que foram observados como deficientes e que devem ser melhorados neste tipo de contratação>.
...	...

4 - BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS NA CONTRATAÇÃO

1	<Descrição dos pontos positivos na execução do contrato e que podem ser considerado com boas práticas neste tipo de contratação>.
...	...

5 – ASSINATURAS

< Conforme art. 33 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Histórico de Gestão do Contrato é de responsabilidade do Gestor do Contrato, mas todos os fiscais do contrato o apoiam nesta tarefa. Assim, o documento poderá conter as assinaturas de todos os integrantes da Equipe de Fiscalização do Contrato, a critério dos procedimentos adotados no Órgão/Entidade. Este registro pode ser realizado com o apoio de ferramenta computacional, assim como também pode constar em seção específica em Relatório de Fiscalização do Contrato>.

Gestor do Contrato
<div style="text-align: center;"> <hr/> <p><Nome></p> <p>Matr.: <Nº da matrícula></p> <p>Local, xx de xxxxx de xxxx.</p> </div>

ANEXO XI - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Sr. Pregoeiro,

Encaminhamos PROPOSTA que faz a empresa _____, CNPJ _____, para a aquisição de componentes de TIC para aprimoramento da performance do parque computacional dos Ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2023.

Apresentamos a nossa proposta para a prestação dos serviços conforme descrição constante neste Termo de Referência e seus anexos, pelos valores abaixo especificados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
1	Solid-State Drive (SSD) - No mínimo 480 GB	1280		

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
2	Memória RAM - 8GB DDR4	2200		

O prazo de validade desta proposta é de (não inferior a) 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas nos documentos de contratação.

Declaramos que temos pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

Atesto a não aplicação da prática do "registro de oportunidade" para o objeto ofertado na presente proposta comercial, de modo a garantir o "princípio da competitividade", conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

Declaramos que no preço estão inclusos todos os custos, despesas, frete, tributos, para a perfeita execução do objeto.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____

Endereço: _____ Tel./Fax: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ nº c/c: _____

E-mail: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do contrato:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Cart. Ident nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Local e Data. _____

[Nome do Representante da Empresa Emitente]

Cargo

ANEXO XII - ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

DECLARAÇÃO ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2023, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pela Licitante e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério dos Transportes antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de 2023.

(representante legal da licitante no âmbito da licitação, com identificação completa)

ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2023

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

Representante legal, com identificação completa

ANEXO XIV - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS QUE EXECUTAM TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

<p align="center">DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS QUE EXECUTAM TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO</p>	
<p>_____ (Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados que executam trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.</p>	
	<p align="right">Local e Data</p>
<p align="center">_____ (Assinatura do representante legal)</p>	

ANEXO XV - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS	
<p>_____ (Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade prevista na legislação.</p>	
<p style="text-align: right;">Local e Data</p>	
<p style="text-align: center;">_____ (Assinatura do representante legal)</p>	

ANEXO XVI - DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO

DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO (Decreto 7.203 de 4 de julho 2010)

Objeto da contratação: _____ A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____.

DECLARA que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos Art. 3º do Decreto Nº 7.203, de 4 de junho de 2010 que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal:

Art. 3º No âmbito de cada órgão e de cada entidade, são vedadas as nomeações, contratações ou designações de familiar de Ministro de Estado, familiar da máxima autoridade administrativa correspondente ou, ainda, familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento, para:

I - cargo em comissão ou função de confiança;

II - atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, salvo quando a contratação tiver sido precedida de regular processo seletivo; e

III - estágio, salvo se a contratação for precedida de processo seletivo que assegure o princípio da isonomia entre os concorrentes.

§ 1º Aplicam-se as vedações deste Decreto também quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajuste para burlar as restrições

ao nepotismo, especialmente mediante nomeações ou designações recíprocas, envolvendo órgão ou entidade da administração pública federal.

§ 2º As vedações deste artigo estendem-se aos familiares do Presidente e do Vice-Presidente da República e, nesta hipótese, abrangem todo o Poder Executivo Federal.

§ 3º É vedada também a contratação direta, sem licitação, por órgão ou entidade da administração pública federal de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão e de cada entidade. (Grifo nosso)

DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, nos termos da Legislação referente ao tema.

Brasília, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante legal

ANEXO XVII - DECLARAÇÃO DE COTA DE APRENDIZAGEM

DECLARAÇÃO DE COTA DE APRENDIZAGEM

A empresa _____, inscrita no CNPJ (MF)
nº _____, estabelecida em _____, DECLARA sob as penas da
Lei, que cumpre a cota aprendizagem nos termos estabelecidos no Artigo 429 da Consolidação das Leis
Trabalhistas – CLT.

_____, em ____ de _____ de 2022.

Assinatura e carimbo do emissor/empresa

ANEXO XVIII - DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGO PARA MENORES DE IDADE

DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGO PARA MENORES DE IDADE

_____ (Nome da empresa) _____ inscrita no CNPJ nº _____
_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____
_____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do
CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666,
de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)

ANEXO XIX - DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO	
<p>_____ (Nome da empresa) inscrita no CNPJ no _____, sediada _____ (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.</p>	
<p>_____</p> <p>(Assinatura do representante legal)</p>	<p>Local e Data</p>

ANEXO XX - MODELO DE TERMO DE GARANTIA

TERMO DE GARANTIA

A, registrada no CNPJ sob o nº, com sede na, telefone nº, correio eletrônico, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por, portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e da Lei 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie e, ainda, em conformidade com o Pregão Eletrônico nº __/20__, atesta a contratação de garantia junto ao fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses para os bens e quantitativos a serem fornecidos conforme especificação técnica deste Termo de Referência.

Local e Data

(Assinatura do representante legal)